

Crise Internacional e os Efeitos no Mercado de Trabalho no Brasil*

Por Jacqueline Aslan Souen y Adriana Jungbluth*****

*Artículo recibido en abril de 2010.

Artículo aprobado en junio de 2010.

**Aluna do programa de Mestrado em Desenvolvimento Econômico (Economia Social e do Trabalho) da Unicamp e pesquisadora do CESIT-IE/UNICAMP.

***Aluna do programa de Mestrado em Desenvolvimento Econômico (Economia Social e do Trabalho) da UNICAMP técnica do DIEESE.

Introdução¹

Hyman Minsky, partindo da Teoria Geral de Keynes, ao teorizar a instabilidade financeira como intrínseca ao funcionamento de economias capitalista avançadas, com os sistemas financeiros altamente desenvolvidos – caso da economia norte-americana –, destaca a importância de compreender tais crises financeiras como parte dos ciclos econômicos, dentro de um processo mais amplo e permanente pela busca de valorização da riqueza. Na teoria de Minsky, num ambiente de expectativas otimistas e busca por ampliação dos lucros os agentes se tornam menos cautelosos ao emprestar e ao captar recursos elevando a alavancagem e os passivos de forma generalizada – prática altamente facilitada com a desregulamentação dos mercados de capitais e a introdução das inovações financeiras. Fortemente endividadas, as famílias e as empresas ficam muito mais vulneráveis às alterações nos fluxos da renda e, quando as expectativas se revertem, as instituições de crédito, altamente alavancadas, procuram reestruturar seus portfólios, buscando ativos mais líquidos e seguros como os títulos do governo, levando a uma brusca retração do crédito. Então, o ambiente de estabilidade inicial e expectativas positivas

¹ Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

acabam em instabilidade e aversão ao risco, revertendo a exuberância do mercado e o endividamento excessivo, vindo a tona a fragilidade das estruturas de ativos e passivos dos agentes econômicos. (Minsky, 1982; Kregel, 2008a; Kregel, 2008b; Giuberti, 2009).

Seguindo essa lógica, muito bem descrita por Minsky, podemos explicar a crise do mercado imobiliário americano iniciado em 2007. A partir de então, esse mercado apresentou constantes oscilações e crescimento da inadimplência, devido à elevação das taxas de juros e perda de dinamismo da economia americana, e a crise, inaugurada no setor hipotecário, se tornou, na segunda metade de 2008, uma crise de crédito generalizada, culminando, em setembro do mesmo ano, na falência de grandes instituições financeiras norte-americanas –Lehman Brothers, Merrill Lynch, e AIG.

O presente artigo busca fazer uma análise dessa crise internacional, bem como do impacto causado sobre o mercado de trabalho brasileiro. Para tanto, o artigo foi dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira delas faz uma análise do desencadeamento da crise internacional e dos desdobramentos para as economias em geral. A segunda parte faz uma análise do mercado de trabalho no Brasil até a crise. A terceira parte analisa as consequências da crise no mercado de trabalho brasileiro.

Desencadeamento da crise internacional e seus desdobramentos para as economias em geral

O desencadeamento da crise

A crise americana dos “*subprimes*”² já vinha sendo anunciada pelos especialistas desde 2006, quando da manifestação de alguns sinais de queda do valor dos

² Empréstimo feito no mercado de imóveis aos tomadores de alto risco, ou seja, trabalhadores sem contrato efetivo de trabalho ou aqueles sem bens que garantam os empréstimos.

imóveis no mercado imobiliário americano. Contudo, o mercado seguiu aquecido e com elevação de preços dos ativos até meio de 2007. A partir de então, esse mercado apresentou constantes oscilações e crescimento da inadimplência devido à elevação das taxas de juros e relativa perda de dinamismo da economia americana, e a crise iniciada no setor hipotecário se tornou, na segunda metade de 2008, uma crise de crédito generalizada, levando, em setembro, à falência de grandes instituições financeiras norte-americanas - Lehman Brothers, Merrill Lynch, e a mega-seguradora AIG.

Seguiu-se então o colapso nos mercados bancários, com a retração da concessão de empréstimos em geral –inclusive o interbancário. Este movimento acabou por gerar grande incerteza no mercado de crédito, contaminando rapidamente as maiores praças do sistema financeiro global, resultando, em poucos dias, no naufrágio de cinco grandes bancos europeus³. Ademais, com a retração brusca do crédito, o rebatimento na órbita da economia real não demorou a acontecer atingindo, sobretudo, o consumo dos bens duráveis⁴ –de maior valor unitário e grande necessidade de financiamento–, especialmente o setor automobilístico. Esse movimento de contração nos setores produtivos mais dinâmicos das principais economias se alastrou rapidamente, com retração forte nas exportações e, conseqüentemente, queda no preço de várias commodities como o petróleo.

Explicando melhor o funcionamento do mercado de hipotecas dos EUA, temos que, com crédito abundante e barato a aquisição de imóveis foi enormemente facilitada e, de posse de um imóvel o proprietário poderia levantar novos empréstimos, com base no mercado hipotecário, prática que acabou por generalizar a expansão do crédito imobiliário e o preço dos ativos, o que

³ Um aporte de 6,4 bilhões de euros foi injetado no Dexia, pelos governos da França e Bélgica. O Bradford & Bingley foi nacionalizado pelo Reino Unido. Os governos da Holanda, Bélgica e Luxemburgo nacionalizaram parte do banco Fortis. O Hypo Real Estate (segundo maior banco hipotecário alemão) também entrou numa operação de resgate. E, o Glitnir, terceiro maior banco da Islândia, também foi nacionalizado (Martins, 2008).

⁴ As vendas de veículos no mercado americano em setembro de 2008 caíram 27%, em comparação a setembro de 2007 (<http://www.investopedia.com/university/releases/productioncapacity.asp>)

realimentava o volume de recursos obtidos junto ao sistema financeiro num movimento espiral estimulador da bolha especulativa. Ou seja, o sistema estimulava a subida permanente e acentuada dos preços dos imóveis, o que viabilizava os proprietários a contrair novos empréstimos para quitar os anteriores e obter ganhos.

Esse mecanismo, por sua vez, sendo estímulo para o mercado imobiliário e financeiro, acabou por rebater fortemente no consumo da economia dos EUA nos últimos anos. Consumo, esse, que resultou num acentuado dinamismo da produção e consumo mundiais, sobretudo da China e dos países produtores de commodities. Portanto, tanto na esfera financeira como no lado real da economia, todo o mercado se atrelava a expansão do mercado imobiliário norte-americano.

As facilidades da desregulamentação financeira e a busca por lucros extraordinários levaram ainda a um crescimento descontrolado do chamado empréstimo subprime, já que desses empréstimos, por serem de alto risco, os juros cobrados eram bem maiores. A partir das inovações financeiras⁵, num processo denominado de *securitização*, títulos baseados nas hipotecas do mercado subprime eram misturados a outros de menor risco e transacionados no mercado financeiro mundial com garantia das agências de risco. Assim, se socializaram os ganhos e os riscos.

No entanto, o mercado de empréstimos hipotecários de alto risco, do qual se irradiou a crise, foi somente uma fração do problema. Analisando a economia americana da década de 90, percebemos inflação bastante baixa, levando a manutenção das taxas básicas de juros também em níveis baixos com redução da lucratividade de bancos e financeiras nos mercados tradicionais de crédito, cenário que propiciou a maior disposição ao risco. Com a liberalização e

⁵ Essas inovações, como os chamados derivativos, se tratam de operações financeiras que derivam de outros ativos de grande negociação no mercado – commodities em geral, moedas, ações, títulos ou taxas de juros - e que permitem a multiplicação da riqueza fictícia.

desregulamentação das finanças, desde os anos 80, se estimulou fortemente a competição entre as instituições financeiras em geral e os bancos comerciais, para além das fronteiras nacionais, implicando numa maior concorrência dentro do maior mercado financeiro mundial, o americano.

Nesse contexto, os capitais financeiros passaram a buscar novas formas de valorização, como empréstimos a países emergentes, porém, com as crises do México a partir de 1994, passando por Ásia, Rússia e Brasil já em 98/99, o risco da deterioração desses mercados implicou na procura de novas alternativas de ganho. O mercado de crédito imobiliário dos Estados Unidos foi uma dessas alternativas, sem falar na ampliação de seus limites a partir dos empréstimos subprime de maior risco, porém, rentabilidade bastante elevada.

A questão fundamental que deve ser destacada nesse jogo dos capitais financeiros mundiais, ávidos por valorização, é a relação da economia americana com as economias asiáticas. Na metade da década de 90, as economias emergentes da Ásia eram tomadoras de capital externo a fim de financiar seu desenvolvimento, com a crise financeira nessas economias, entre 1997 e 1998, a posição tomadora se inverte, e esses mercados passam a acumular um volume considerável de reservas de ativos estrangeiros, exportando excedente para o resto do mundo e passando a financiar os antigos exportadores de capital, como a economia americana. Num artigo escrito para o jornal “New York Times” em março de 2008 e publicado pelo jornal Folha de São Paulo, Paul Krugman explica que o resultado desse excedente de capital nas reservas asiáticas terminou alimentando a dinâmica do mercado de hipotecas e, mais do que isso, o brutal déficit da maior economia do planeta, os Estados Unidos, garantindo o enorme dinamismo interno, o qual, conseqüentemente, realimentou a produção manufatureira asiática e irradiou estímulo para tantas outras economias do planeta, dentro de um contexto de liberalização financeira e comercial global. A crise se deu com a reversão do ciclo em conseqüência do estouro da bolha especulativa habitacional do mercado americano, inevitavelmente afetando o lado real da economia.

Enfim, a atual crise internacional iniciada em 2007 no setor imobiliário dos Estados Unidos, como parte de um processo muito mais amplo do ciclo econômico num estágio mais avançado do sistema capitalista mundial –altamente desregulamentado e financeirizado–, irrompe com a fragilização da capacidade de pagamento dos tomadores do mercado subprime, diante da relativa perda de vigor da economia americana, já no ano de 2006, juntamente com a elevação dos juros das hipotecas. A percepção desse movimento por parte dos credores levou a uma retração da oferta de crédito nesse mercado, e os investidores que possuíam títulos lastreados nessas hipotecas foram subitamente tomados por expectativas pessimistas, que se propagaram para o mercado financeiro como um todo, na medida da contaminação desses títulos a partir das inovações financeiras. Por sua vez, a percepção do risco de liquidez levou os agentes a um forte e repentino movimento de venda desses papéis, gerando uma queda generalizada dos preços dos títulos em geral.

A estratégia defensiva, então, passou para um estágio mais avançado da crise com a fragilização patrimonial das empresas, bancos, financeiras, bem como das famílias, no momento em que o valor dos ativos (direitos a receber) caiu abaixo do valor do passivo (obrigações a pagar), resultando na insolvência de diversos segmentos, rebatendo no lado real da economia, produção e emprego

Os desdobramentos da crise para as economias em geral

A crise financeira iniciada na economia americana, afetando o sistema financeiro mundial com retração generalizada da liquidez e forte desalavancagem dos agentes econômicos e das famílias, a partir de outubro de 2008, resultou numa profunda deterioração da atividade econômica global, com perda de confiança de consumidores e produtores.

O relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), revisado em novembro de 2008, sobre a perspectiva de crescimento da economia mundial em 2009 (World Economic Outlook – Update, November 2008), descreveu

previsões de queda de 0,3% no crescimento dos países avançados, puxada pela retração brutal da economia americana. Para os emergentes, o relatório projetou, para o mesmo período, crescimento de 5,1%, abaixo dos 6,6% de 2008 (IMF, 2008).

O Banco Mundial, no seu relatório sobre as “perspectivas econômicas globais para 2009”, divulgou projeção de aumento do PIB mundial da ordem de 0,9%, e para os países em desenvolvimento o crescimento ficaria em 4,5%, abaixo do previsto pelo FMI. O mesmo relatório divulgou ainda retração dos investimentos mundiais e de forma mais acentuada nos países avançados, bem como encolhimento do comércio mundial de 2,1%, e forte queda de exportações dos insumos básicos, afetando, sobretudo, os emergentes (World Bank, 2008).

De forma semelhante, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com base na constatação da contração da produção industrial dos seus países membros, também assinalou projeções pessimistas no seu último relatório para 2009, prevendo queda da média do conjunto dos PIBs da ordem de 0,3%. Dentro dessa análise, estimou forte elevação do desemprego que poderá atingir 8 milhões de trabalhadores nos próximos dois anos, e passar dos atuais 34 milhões para 42 milhões até o ano de 2010 (Oecd, 2008).

Conforme se vem constatando, desde o auge da crise –outubro de 2008–, a desaceleração da demanda, sobretudo nas economias capitalistas avançadas está promovendo uma reestruturação organizacional das estruturas produtivas, acentuada com as expectativas incertas do cenário internacional, a despeito da forte atuação dos Bancos Centrais desses países no sentido de socorrer o sistema financeiro. O colapso do crédito com seu conseqüente encarecimento, juntamente com a retração brusca da demanda interna e externa, impactaram negativamente as empresas, as quais reduziram seus estoques. Os pedidos despencaram –para além da queda do PIB– atingindo fortemente os setores de bens de investimento e bens de consumo duráveis. Tal encolhimento da

produção no núcleo dinâmico do sistema produtivo das principais economias resultou num cenário sombrio para o mercado de trabalho, com ampliação generalizada do desemprego.

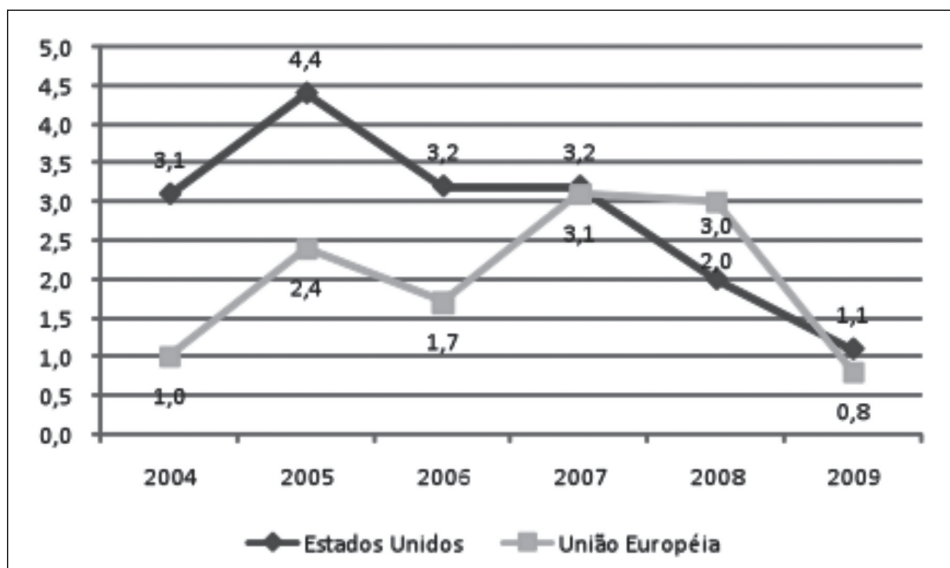
Indústrias anunciaram um volume considerável de dispensas de mão-de-obra, bem como redução de jornada de trabalho e salários, seguindo uma trajetória de flexibilização dos contratos de trabalho. Este cenário, todavia, não poderia ter conseqüências outras que não a queda da massa salarial e queda do poder de compra dos trabalhadores, realimentando a retração da atividade econômica pelo lado do consumo de bens e serviço, bem como a deterioração das condições de trabalho.

Considerando os países da América Latina em geral e o Brasil, depois de instalada a crise nos EUA, em 2007, ainda permanecemos num movimento de intensa atividade econômica, pelo menos nos três primeiros trimestres de 2008, quando se registrava um crescimento médio de 4% e 5,8% respectivamente, no período. De forma geral, os países emergentes pareciam, de fato, comprovarem a tese do descolamento da crise, num movimento de forte valorização cambial e aumento do preço dos ativos em bolsa de valores, com forte valorização patrimonial⁶.

A idéia do descolamento, contudo, não resistiu após a quebra do Lehman Brothers em setembro de 2008, momento em que se generalizaram expectativas pessimistas dos agentes econômicos, desencadeando uma brusca retração da liquidez no mercado financeiro mundial, atingindo, sobretudo, os países emergentes mais endividados. A conseqüência, portanto, foi inevitável e, a maioria dos países emergentes, inclusive o Brasil, sofreu redução significativa do financiamento externo das exportações e restrição da liquidez para as empresas, com encarecimento do crédito doméstico, perdas patrimoniais em vir-

⁶ De fim de 2007 a junho de 2008, os mercados de valores estavam bastante aquecidos e o valor das empresas cotizadas em bolsa aumentou o equivalente a US\$ 247 bilhões, alcançando US\$ 2,4 bi, cerca de 85% do PIB regional (Ver Tavares, 2009).

Gráfico 1
Produto Interno Bruto (PIB) em %
Estados Unidos e União Européia, 2004 a 2009



Fonte: Index Mundi. Elaboração própria.

tude da repentina desvalorização dos ativos no mercado acionário, e redução das previsões sobre o crescimento do PIB para o ano de 2009.

Dado o nível de desaceleração das economias mundiais, os efeitos negativos sobre o comércio externo de matérias-primas, assim como da maioria dos setores produtivos mais dependentes das exportações foram consideráveis, implicando numa brutal queda do emprego mundial, e que nos atingiu no último trimestre de 2008 e início de 2009.

Vários estudos divulgados sobre o desempenho da economia brasileira em dezembro de 2008 evidenciaram o forte impacto da crise financeira no mercado doméstico e suas conseqüências para o mercado de trabalho. Entre tais estudos,

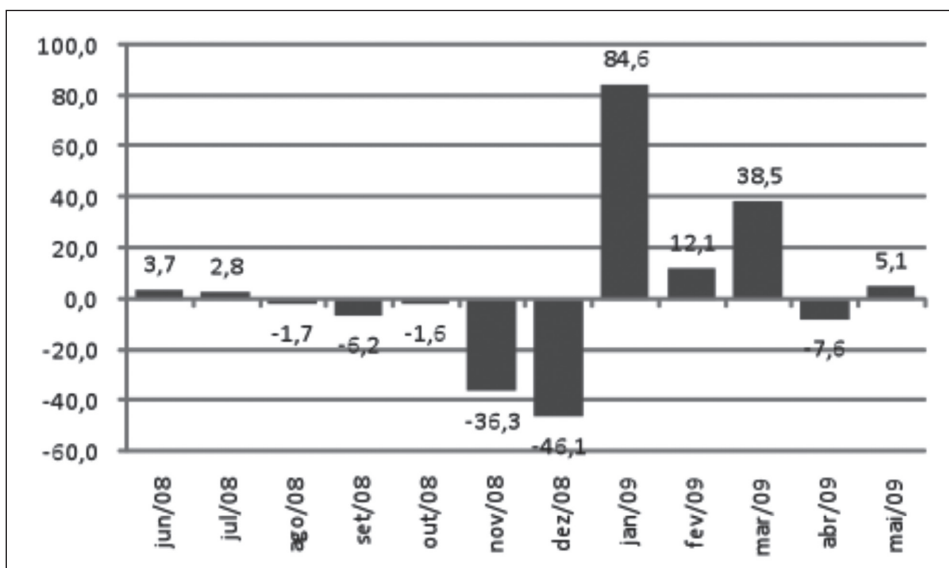
o IBGE (2009), analisando a série da produção industrial de São Paulo, constatou queda de 12,6% em dezembro de 2008 na comparação com dezembro de 2007. Tais dados indicaram uma queda acumulada de mais de 16% entre novembro e dezembro de 2008, considerando o recuo de 3,2% da produção industrial de São Paulo em novembro de 2008 (Matias-Pereira, 2009).

Ainda, conforme o IBGE (2009), a retração na produção industrial brasileira entre outubro e novembro de 2008 foi de 8,0%, provocando uma queda de 0,7% no nível de ocupação na indústria, no mesmo período. É importante destacar que a queda na produção industrial do período está fortemente atrelada à contração da produção do setor automobilístico. Conforme o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a partir de informações da Associação Nacional dos fabricantes de veículos Automotores (Anfavea), a produção de 102 mil unidades de dezembro de 2008 foi a menor desde janeiro de 2000. Essa produção significou redução de 38% em relação a novembro, mês que também computou queda em relação a outubro, da ordem de 29,2%. Numa comparação com dezembro de 2007, a produção de dezembro de 2008 mostrou recuo de 53,8%, elevando o desemprego no setor, com resultados preocupantes para o nível ocupacional do mercado de trabalho brasileiro (Matias-Pereira, 2009).

Outro setor fortemente impactado pela crise, a partir de setembro de 2008, tanto pela súbita contração do crédito como da demanda, foi o de máquinas e equipamentos, que vinha liderando a contratação na indústria. De acordo com pesquisa do IEDI (2009), o emprego continuou crescendo no quarto trimestre de 2008, porém num ritmo menor, sendo que, em outubro de 2008 houve aumento na contratação da ordem de 11,5% em relação à outubro de 2007, e em novembro o emprego no setor cresceu 6,3% na comparação com o mesmo mês de 2007.

Fazendo uma análise do acumulado de seis meses, entre outubro de 2008 a março de 2009, conforme pesquisa do IEDI (2009), o ano de 2008 fechou com crescimento de 3,1% da produção industrial e o primeiro trimestre de

Gráfico 2
Variação mensal da produção de automóveis¹ (%)
Brasil, jun/08 a mai/09



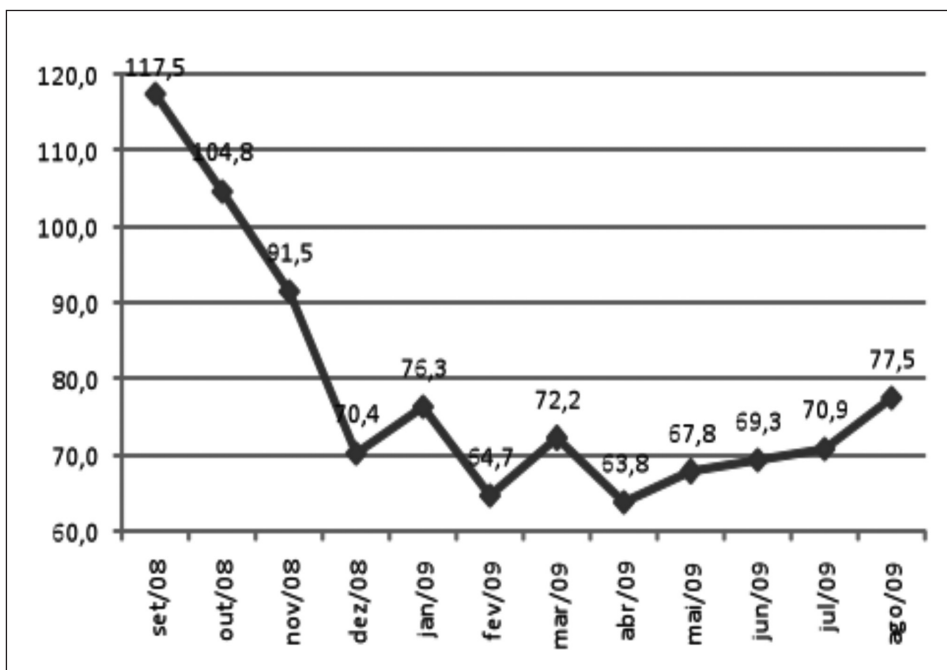
Fonte: Ipeatada. Elaboração própria.

Nota (1): Refere-se apenas a carros de passeio / passageiros e de uso misto, não englobando veículos comerciais leves nem veículos comerciais pesados.

2009 apresentou retração de 14,6% na comparação com mesmo período de 2008. Comparando o acumulado do último trimestre de 2008 e do primeiro de 2009 com o equivalente de um ano antes, a produção industrial registrou recuo de 10,3%. Ainda, segundo o mesmo estudo, os maiores declínios ficaram por conta dos setores de média-alta (-19,1%) e média-baixa (-11,2%) intensidade tecnológica –tipologia de intensidade tecnológica da Ocede–, sendo que o setor de alta intensidade se manteve estável em 0,2%.

Sendo o setor industrial responsável por 22% da ocupação, um forte impacto da crise na produção industrial brasileira, sem lugar a dúvida, refletiu

Gráfico 3
Índice1 da produção de máquinas e equipamentos.
Brasil, jun/08 a mai/09



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial mensal. Elaboração própria.

Nota (1): Índice com base 100 = ago/08.

negativamente sobre a geração de empregos no país. Além disso, sinais de deterioração do mercado de trabalho foram percebidos com o aumento da rotatividade e do número de ocupações precárias, significando uma trajetória de inflexão da expansão socioeconômica nacional que vinha se dando desde 2005, a partir do crescimento continuado do PIB (Pochmann, 2009). Tais informações serão mais bem detalhadas nos itens a seguir.

Trajatória do mercado de trabalho brasileiro nos últimos trinta anos

Os anos 80

Ao final dos anos 70 e início dos 80, apesar do contexto de redemocratização, e da aprovação, em 1988, de uma Constituição que fazia avançar o sistema de proteção social, mais favorável ao mundo do trabalho (Boito, 1991 e Almeida, 1992), a crise econômica, que atravessou os anos 80, inviabilizou grande parte dos objetivos dos trabalhadores, tanto no que se referiam as condições de trabalho, como no tocante à política salarial, em particular à política do salário mínimo, já que essa permaneceu como um importante instrumento dos programas antiinflacionários (Pochmann, 1995).

Cumprir destacar que, o cenário econômico brasileiro bastante desfavorável da década de 80 foi resultado, em simultâneo, das estratégias de encaminhamento da consolidação do nosso desenvolvimento industrial no final dos anos 70, baseado no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), e a reviravolta no capitalismo mundial marcado pelo estagflação nas economias centrais e uma profunda alteração dos processos produtivos a partir de novas tecnologias⁷.

As modificações na economia mundial, contudo, se confirmaram muito mais como um rearranjo do capitalismo global do que um simples problema conjuntural e alteraram as tendências do comércio entre países, interferindo no aparelho produtivo, que acabava de ser montado na economia brasileira para elevar as exportações a fim de gerar superávit e saldar a dívida externa. Além disso, essas mudanças alteraram as condições de liquidez do mercado

⁷ O governo brasileiro, no intuito de manter forte o crescimento do PIB e fazer avançar o aparelho industrial no sentido de completar a instalação da indústria de base no país, elevou a demanda por empréstimos externos – de longo prazo e juros variáveis – principalmente através das empresas estatais que financiaram os investimentos, sobretudo de insumos básicos, de longa maturação e lento retorno. Não houve, naquele momento, nenhuma preocupação das autoridades nacionais com a possibilidade de uma retração mais prolongada da liquidez mundial e provável elevação de taxas de juros diante da transformação do quadro internacional.

financeiro internacional, provocando o colapso da dívida externa dos países do Terceiro Mundo. As medidas internas para enfrentar a questão agravaram a deterioração das finanças do Estado e seu poder de intervenção, bem como a estagnação com alta inflação⁸, que caracterizou a economia nacional durante a década de 1980, afetando a geração de emprego e rendas do trabalho (Baltar, 2006, 20).

Contudo, como aponta Mattoso (1999), nesse período se mantiveram preservadas as estruturas industrial e produtiva, fazendo com que a taxa de desemprego do fim da década de 1980 fosse semelhante à do final da década de 1970, apesar do crescimento da PEA com a incorporação intensa da mulher ao mercado de trabalho.

Baltar (2006, 21-22) chama a atenção para o fato de que o aumento da PEA foi basicamente absorvido pelo crescimento mais intenso da ocupação, sobretudo no setor de comércio e prestação de serviços, que compensou a fraca absorção no setor de produção de bens devido ao baixo desempenho do PIB. Ou ainda, houve uma alteração da composição setorial das ocupações, diminuindo o peso do setor da produção de bens (agricultura, pesca, indústria, extração mineral e vegetal, construção civil e serviços de utilidade pública) e aumentando o do comércio e da prestação de serviços⁹ (pessoais, domésticos, sociais, distributivos e de apoio às empresas).

Essas transformações, afetando o comportamento da estrutura ocupacional na atividade não-agrícola, agravaram a precarização do mercado de trabalho urbano no Brasil, na medida em que o aumento do trabalho formal não foi suficiente para absorver o crescimento da PEA, levando a um aumento da

⁸ Com o objetivo de enfrentar o serviço da dívida externa todos os esforços foram no sentido de elevar ao máximo o superávit comercial com a contenção da demanda interna e elevação das exportações. Essa política, por fim, além de não promover o pretendido – tirar o país de uma profunda crise cambial -, travou o avanço do PIB o que agravou enormemente as contas públicas pela retração da arrecadação, e permanente alta do custo da dívida, por conta da desvalorização cambial (Belluzzo; Almeida, 2002).

⁹ Ver Baltar (2006: 22).

participação dos trabalhadores por conta própria, empregadores e empregados sem carteira de trabalho (Baltar& Henrique, 1994, 613-614).

Essa deterioração, por sua vez, atingiu negativamente a estruturação sindical, dado que, conta própria e assalariados sem carteira, empregados nos pequenos negócios, de intenso crescimento no período, são ocupações mais difíceis de sindicalizarem. Conclui-se, portanto, que a década de 80 promoveu uma desvalorização do trabalho assalariado, afetando parte importante do segmento relativamente melhor estruturado e sua capacidade de organização. Desta forma, apesar do momento de redemocratização do país, a deterioração dos instrumentos de intervenção estatal, dificultando a recuperação consistente da atividade produtiva, colocaram por terra as iniciativas para a elevação do padrão de vida dos trabalhadores e das condições socioeconômicas de maneira geral.

Dos anos 90 aos dias de hoje

Em 1989, venceu as eleições presidenciais a corrente política contrária aos propósitos firmados na Constituição Nacional de 1988, com isso, a partir de 1990, iniciou-se uma trajetória totalmente oposta àquela idealizada durante a década de 80 com a redemocratização, a qual previa a recuperação da atividade econômica simultaneamente ao encaminhamento de políticas direcionadas ao maior desenvolvimento social e avanço das conquistas da classe trabalhadora.

Conforme Dedecca (2005, 11), a vitória da corrente liberal conservadora nas eleições de 1989, deu legitimidade a uma mudança radical nos rumos econômico e social do país para a década de 1990. O argumento era de que o período da industrialização protegida –1930-80– havia produzido uma sociedade distorcida, marcada por grandes privilégios para uma minoria. Os maiores privilegiados eram os trabalhadores das grandes empresas públicas e privadas e do Estado, situação garantida pela regulação social vigente no país desde 1940. A posição de privilégio decorria da total falta de proteção social em que se encontrava a maioria da população.

Esse discurso já vinha sendo reproduzido nos países avançados desde o final da década de 70 e associava a crise de desemprego à rigidez do sistema de proteção econômica e social existente. Por isso se enfatizava a necessidade da desregulamentação e flexibilização.

Porém, ao analisarmos a evolução e características do nosso mercado e sistema de relações de trabalho, é fácil desqualificar essa argumentação que transfere o problema do elevado nível de desemprego no Brasil, durante os anos 90, para o próprio mercado de trabalho e seu excesso de regulação, ampliada, por sua vez, pela Constituição de 88. Para a corrente dominante, a Carta de 88 era uma forma de cancelar o atraso do país frente à nova era da globalização, na medida em que ampliava os instrumentos de proteção social.

A partir das estratégias políticas e econômicas dos anos 90 resultando num baixo crescimento econômico, observou-se um péssimo desempenho do nosso mercado de trabalho agravando a concentração de renda e a pobreza do país. Conseqüência, sem dúvida, do encaminhamento macroeconômico subordinado aos humores do mercado e a todo um processo de reorganização produtiva, em nome da maior eficiência e competitividade, que culminou em surtos intensos de demissões de trabalhadores.

Foi inaugurada, então, uma fase de modernização de caráter conservador. Entramos em um processo de forte abertura comercial e financeira, o qual expôs nossa estrutura produtiva à brutal concorrência internacional, forçando uma rápida reorganização da gestão e da produção, levando à trajetória de ampliação das terceirizações e subcontratações. Pôde-se observar uma considerável alteração da estrutura produtiva vigente, a partir da de relativa de-

sintegração das cadeias de produção¹⁰, caracterizadas, até então, pela elevada verticalização e integração inter e intra-setoriais (Baltar, 2003).

Essa transformação em nossa base produtiva, em um curto espaço de tempo, gerou conseqüências nefastas para um mercado de trabalho heterogêneo e bastante precarizado, caracterizado por um elevado grau de informalidade e baixa eficácia da regulação social¹¹. Foi inevitável uma mudança na composição dos ocupados, com retração na indústria de transformação e aumento no setor de serviços. Além do que, juntamente com a diminuição do emprego em estabelecimentos relativos à grande empresa e setor público, constatou-se, por um lado, um aumento das ocupações por conta própria e, por outro, que grande parte dos empregos criados em estabelecimentos eram em pequenas empresas, significando redução do peso dos contratados sob a proteção da CLT e Estatuto dos Servidores Públicos, bem como, ampliação dos assalariados sem carteira e qualquer proteção legal (Baltar, 2006). Em tais circunstâncias, no decorrer da década foi intenso o ritmo decrescente do número de pessoas ocupadas, fazendo com que uma parte expressiva do aumento da PEA não fosse absorvida, elevando o chamado desemprego aberto¹² (Baltar; Dedecca; Henrique, 1996e Baltar, 2003).

¹⁰ Deve ser destacado que a forma da nossa reestruturação econômica, embora tenha significado modernização e avanço tecnológico, acarretou um forte aumento da importação dos bens de capital, materiais e componentes de elevado conteúdo tecnológico e valor agregado, eliminando grande parte dos processos produtivos antes realizados internamente às grandes empresas e elevando a terceirização das atividades em empresas pequenas e médias. Verificou-se então um forte enxugamento dos postos de trabalho nas grandes empresas privadas, mas também nas estatais recém privatizadas, visando reduzir o custo de produção (Baltar, 2003).

¹¹ *“O elevado número de contratações ilegais no país na década de 90 e a expansão de formas de contratação que implícita ou explicitamente burlam a legislação laboral têm efeitos, não apenas sobre o uso indiscriminado do trabalho, mas sobre a cidadania, pois os assalariados sem registro, por um lado não tem acesso a um conjunto de garantias sociais e por outro não compõem um corpo coletivo. Não têm direitos, nem obrigações. Soma-se a isso o fato de que essas contratações sonégam receitas ao Estado, restringindo o fundo público da seguridade social, além de limitar a implementação de outras políticas sociais”* (Cacciamali, 2000, 171). Ver também Freitas (1998) e Krein e Oliveira (2001).

¹² O aumento total das pessoas ocupadas no período dos anos 90 aumentou apenas 11,5%, passando de 60,6 milhões para 67,6 milhões, significando uma média anual de 1,1% ou setecentos mil novos trabalhadores absorvidos ao ano, se tratando de metade do aumento anual da PEA, fazendo com que o desemprego aberto se elevasse de menos de 5% da PEA, em 1989, para 10,4%, em 1999 (Baltar, 2006).

As modificações observadas no tipo das ocupações foram acompanhadas de mudanças na sua distribuição por faixa de rendimento. Diminuiu a proporção de ocupados com rendimento próximo da média e aumentou a fração dos que têm rendimento mais baixo, fazendo a média diminuir mais do que a mediana, enquanto as diferenças entre todos os rendimentos entre si também diminuíram mais do que o rendimento médio, tornando menos desigual a renda dos trabalhadores, tal como apontado pelo índice de Gini¹³ (Baltar, 2006, 26).

Ainda segundo Baltar& Leone (2007, 11), comparando a distribuição dos rendimentos do trabalho em atividades não-agrícolas entre os anos de 1981 e 2001, verificou-se a manutenção do grau de desigualdade vigente. Verificou-se um aumento das pessoas ocupadas com rendimento de 150 a 300 Reais, com poder de compra relativo ao final de 2001, equivalendo a aproximadamente $\frac{3}{4}$ a 1,5 salário mínimo da época, tendo reduzido a fração de pessoas com rendimento de 600 Reais ou três salários mínimos.

Pede-se concluir de tais constatações que tivemos uma situação de desestruturação e deterioração do mercado de trabalho no Brasil como marca dos anos 90, agravada pela linha ortodoxa de política econômica, altamente restritiva, com elevadas taxas de juros, corte do gasto público e um brutal desmonte do aparelho de Estado através das inúmeras privatizações. As metas de estabilização e o ajuste fiscal, com o objetivo primeiro de saldar os compromissos com o serviço da dívida externa, eram as prioridades do governo.

A partir de 1999, entretanto, tivemos uma alteração nas tendências de retração do mercado de trabalho brasileiro. Verificou-se no período uma forte desvalorização cambial provocada pela interrupção do fluxo de recursos ao Brasil, mediante as crises financeiras da Ásia (1997) e Rússia (1998). Na sequência, um movimento mais favorável do comércio internacional se traduziu

¹³ Entre os anos de 1981 e 2001, as diferenças de rendimento do trabalho diminuíram em proporção semelhante ao rendimento médio, fazendo com que o coeficiente de Gini tenha praticamente o mesmo valor nos dois anos em questão (0,546) (Baltar& Leone, 2007).

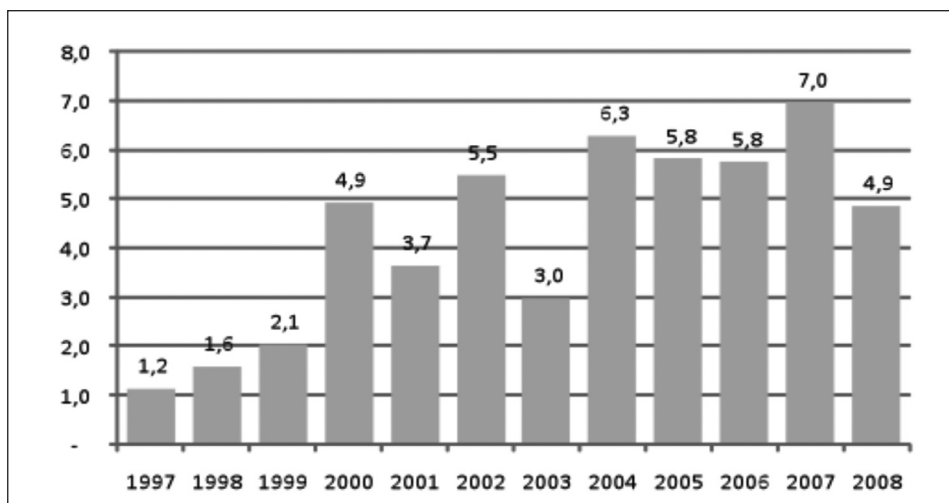
em melhoras crescentes do resultado da nossa balança comercial. O aumento das exportações rebateu positivamente na atividade econômica e, conseqüentemente, na demanda doméstica, ainda privilegiada, nos últimos anos, pelo aumento do crédito ao consumidor e pela recuperação do salário mínimo acima da inflação. Tal situação significou um estímulo ao aumento de capacidade produtiva nas grandes empresas - dominantes no setor exportador -, portanto uma elevação das contratações formais¹⁴ (Baltar, 2007; Cardoso, 200

Nesse contexto, embora com um arranjo restritivo de política econômica voltada ao controle inflacionário e a busca prioritária dos recorrentes superávits primários para pagar os juros da dívida pública –fortemente elevada no pós 99 com a subida da taxa de juros e a desvalorização cambial–, os níveis absolutos e relativos de desemprego pararam de subir no mesmo ritmo anterior. A informalidade e o grau de desproteção previdenciária arrefeceram, e, enquanto os níveis médios de renda real do trabalho continuaram a cair para a maior parte das categorias de trabalhadores, a distribuição dos rendimentos começou a esboçar uma pequena melhora, sobretudo após 2001 (Cardoso, 2007, 3).

Apesar da retomada da valorização do real após 2003, não só por conta do elevado saldo comercial de bens, mas também devido à política de juros altos –antiinflacionária– atraindo os capitais especulativos, e da permanência da ortodoxia macroeconômica, presenciamos a recuperação do PIB, inicialmente impulsionado pela melhora das exportações, com uma trajetória mais consistente de crescimento do emprego formal, num movimento ascendente até setembro de 2008 –quando passamos a sofrer os impactos da crise internacional. Não obstante a política econômica desfavorável, nesse cenário

¹⁴ Segundo informações do DIEESE (2009, 3), entre 1998 e 2007, conforme dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), o mercado de trabalho formal no Brasil mostrou comportamento positivo na criação de vagas, com crescimento do emprego no decênio da ordem de 56%. Contudo, os melhores resultados são registrados após 2003, quando se constatou a criação de cerca de 2/3 dos empregos, considerando o período de dez anos. Dos 24,5 milhões de emprego formal registrados em 1998, passamos para 28,7 milhões em 2002 e chegamos a 37,6 milhões em 2007.

Gráfico 4
Taxa de crescimento anual do trabalho formal (%)
Brasil - 1997 a 2008



Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

constatou-se melhora evidente nos indicadores socioeconômicos e das variáveis do mercado de trabalho brasileiro.

Dessa forma, puxado pela forte demanda internacional e em seguida pela ampliação do consumo e dos investimentos, o crescimento do PIB de 5,7% em 2004, 3,2% em 2005, 4% em 2006, 5,7% em 2007 e 5,1% em 2008 permitiu uma considerável elevação das ocupações com rendimento, relação que significou a seguinte elasticidade renda da geração de oportunidades de emprego: com o PIB crescendo em média 5% ao ano, as ocupações aumentaram cerca de 2% ao ano (Baltar, 2009).

Com o crescimento do emprego, também acompanhado pela elevação da renda média do trabalho, registrou-se uma ampliação da massa total de rendas do trabalho, sobretudo em 2005 e 2006. Baltar (2009) explica que até 2004

Tabela 1
Situação Ocupação, Renda do Trabalho e Elasticidade Ocupação/PIB.
Brasil – 2004 a 2007

Período	Ocupação (variação anual)	Renda média (variação anual)	Massa de rendimien- tos	PIB	Elasticidade Ocupação/PIB
2004-2005	3,06	4,41	7,61	3,16	0,968
2005-2006	2,86	7,15	10,32	3,97	0,720
2006-2007	1,92	3,24	5,22	5,67	0,339
2004-2007	2,64	4,92	7,70	4,26	0,620

Fonte: IBGD; PNAD e Contas Nacionais. Retirado de Baltar, 2009.

a renda média do trabalho estava muito baixa devido ao contexto de fraco desempenho da economia associado às sucessivas desvalorizações do real, a partir de 1999, e ao aumento dos preços. Contudo, esse cenário se reverteu após 2004 devido ao reaquecimento da economia - que tornou cada vez mais freqüente os ganhos reais de salários -, à queda da inflação e a uma política efetiva de valorização do salário mínimo. Sendo assim, inaugurou-se um período de recuperação do número de ocupados – ver na comparação da estrutura ocupacional entre 2004 e 2006 (Tabela 2) -, com uma trajetória de elevação do poder de compra da renda média do trabalho, principalmente no biênio 2005-2006, promovendo o aumento da parcela da renda nacional apropriada pelo trabalho.

Outra fonte de ampliação dos empregos formais se deu a partir do setor público, devido aos avanços das políticas sociais, sobretudo em saúde, educação, previdência e assistência social, sendo que esses dois últimos setores passaram a contratar mais a partir do maior dinamismo da atividade econômica após 2004/2005. (Baltar, 2007 e Cardoso, 2007).

Cardoso (2007) ainda aponta como fator importante para a melhora do nível de formalização do emprego no período o maior empenho do governo no sentido de aumentar a arrecadação de impostos e contribuições sociais – para contrabalançar os crescentes gastos sociais e as necessidades de ajuste fiscal –, elevando a fiscalização nos estabelecimentos.

Isto posto, fica evidente a trajetória de recuperação do mercado de trabalho brasileiro, após 2004, até o impacto da crise internacional, em setembro de 2008. Tal desempenho significou o aumento do número de ocupados –para além da absorção do aumento da PEA–, acompanhado de um contexto de alteração na qualidade da estrutura ocupacional, devido ao crescimento da formalização dos empregos de maior rendimento –comparativamente aos de menor remuneração–, com elevação do rendimento médio e redução das desigualdades de rendimento do trabalho, muito influenciadas pela política de valorização do salário mínimo (Baltar, 2009).

Entretanto, esse contexto de sensível melhora do mercado de trabalho brasileiro, rebatendo positivamente nas estatísticas socioeconômicas, foi impactado por uma forte contração da demanda externa, em virtude da crise internacional, a partir de setembro de 2008. Afetados negativamente os principais setores da indústria, observou-se a reversão abrupta da trajetória ascendente dos indicadores dos níveis ocupacionais.

Impactos da Crise no Mercado de Trabalho Brasileiro

O mercado de trabalho brasileiro começou a sentir os primeiros impactos da crise financeira internacional nos meses logo após o auge da crise em setembro de 2008. O impacto foi sentido principalmente na queda do saldo de postos de trabalho com carteira assinada, resultado das admissões e desligamentos mensais que constam do Caged/MTE. O saldo mensal de vagas em 2008 havia sido maior que o saldo de 2007 até o mês de setembro (exceto meses de abril e maio) indicando que 2008 seria um ano ainda melhor do que

Tabela 2
Situação da ocupação das pessoas acima de 10 anos de idade.
Brasil, 2004 e 2006

Situação de Ocupação	2004	2006	Taxa de Crescimento
População com 10 anos ou mais	149.760	156.284	2,1
População Ativa	92.860	97.528	2,5
Pessoas Deesmpregadas	8.264	8.211	-0,6
Pessoas Autoconsumo e Autoconstrução	3.487	4.177	9,4
Pessoas Não Remuneradas	5.883	5.402	-8,2
Pessoas no Trabalho por Conta Própria	18.575	18.924	0,9
Empregadores	3.479	3.977	6,9
Pessoas Trabalho Doméstico sem Carteira	4.800	4.939	1,4
Pessoas Emprego sem Carteira	15.436	15.811	1,2
Pessoas Trabalho Doméstico com Carteira	1.672	1.841	4,9
Militares e Estatutários	5.571	5.901	2,9
Pessoas Emprego sem Carteira	25.693	28.345	5,0

Fonte: PNAD. Retirado de Baltar (2007)

o anterior no que se refere a geração de emprego formal. Entretanto, já no mês de outubro os sinais da crise começaram a se refletir no saldo de vagas formais e o resultado de 2008 ficou aquém do ano anterior.

A incerteza em relação ao futuro fez com que os empresários postergassem os investimentos programados, reduzissem a produção e os custos. Como parte da estratégia de redução de custos, ocorreu enorme contingente de desligamentos de funcionários por parte das empresas.

O gráfico 5 ilustra o saldo mensal de vagas de 2007 a 2009. Nota-se que, em outubro, apesar do saldo¹⁵ de vagas com carteira assinada ainda ter sido positivo em 61,4 mil vagas, ele ficou 78,3% inferior ao resultado do mês anterior (282.841 vagas) e 70,1% inferior ao do mesmo período do ano anterior (205.260 vagas). O mês de novembro, entretanto, apresentou saldo negativo de 40,8 mil vagas, indicando que os reflexos mais perversos da crise ainda estariam por vir. Dezembro, por sua vez, ficou bem abaixo das expectativas, perfazendo um saldo negativo superior a 654 mil vagas¹⁶.

Apesar do saldo negativo do último trimestre do ano, verificou-se um saldo anual razoável, com crescimento de 5,1% sobre o saldo de 2007, perfazendo um total de quase um milhão e meio de ocupações formais. Se não tivesse ocorrido o impacto da crise nos últimos meses do ano, certamente o saldo de 2008 teria sido superior ao verificado no ano anterior.

O ano de 2009 começou com saldo negativo em 101,7 mil vagas. A expectativa era de que a economia demoraria a se recuperar e os investimentos programados permaneceriam sem ser efetivados. Entretanto, já em fevereiro o saldo voltou a ser positivo, apesar de pouco expressivo. Em março o saldo já se situava acima das cem mil vagas. Em agosto já estava acima das duzentas mil vagas.

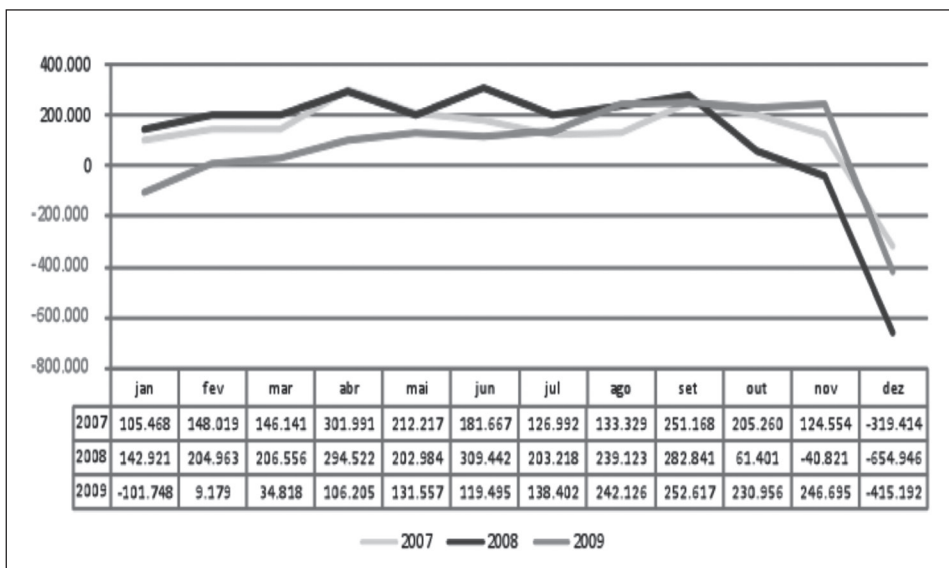
A composição do saldo de vagas por setor de atividade do último trimestre de 2008 foi bastante heterogênea. Alguns setores foram visivelmente afetados, enquanto outros tiveram impactos mais brandos (Gráfico 6).

A indústria da transformação passou por uma intensa queda de produção que foi fortemente influenciada tanto pela queda das exportações quanto pela

¹⁵ O saldo corresponde ao admitidos com carteira assinada no mês de referência menos os desligados no mesmo mês.

¹⁶ Conforme estudo do Dieese (2009:9), o fechamento de vagas em dezembro faz parte de um movimento de ajuste recorrente do estoque de emprego, comum para o último mês do ano. O esperado, no entanto, era que cerca de 350 mil trabalhadores formais fossem desligados. Os dados do Caged mostraram um resultado bem pior – reflexo da crise além do ajuste – ficando negativo em 655 mil vagas de trabalho com carteira assinada.

Gráfico 5
Saldo mensal do emprego (%)
Brasil – 2007 a 2009



Fonte: CAGED/MTE.Elaboração própria.

contração da demanda interna (Cano, 2009), o que resultou em um impacto expressivo no saldo de vagas formais desse setor. No último trimestre de 2008 foram perdidas mais de 345 mil vagas apenas nesse setor, o que representou mais de 54% do total de vagas fechadas em todos os setores. No primeiro trimestre de 2009 foram perdidas mais 147 mil vagas, evidenciando a situação preocupante desse setor. Até dezembro de 2009, a totalidade das vagas perdidas com a crise desde outubro de 2008 ainda não haviam sido recuperadas perfazendo um saldo negativo no período superior a 334 mil vagas.

O setor industrial possui características distintas dos demais setores como, por exemplo, o fato da produção depender de decisões anteriores de investimento e de produção que são intensamente influenciadas pelas expectativas

dos agentes econômicos. Dado que a situação era de expectativas negativas quanto ao futuro, os investimentos e produção foram reduzidos, quando não cortados inteiramente. A situação só não foi pior em decorrência das medidas emergenciais tomadas pelo governo. Tais medidas serão analisadas mais adiante.

A Construção Civil e o setor de Serviços também apresentaram saldo negativo no último trimestre do ano, foram 103 e 41 mil vagas, respectivamente. Entretanto, apesar do impacto inicial, esses dois setores apresentaram foram os que mais contribuíram para a manutenção do emprego ao longo de 2009, terminando este ano com 74,1 e 458,5 mil vagas, respectivamente.

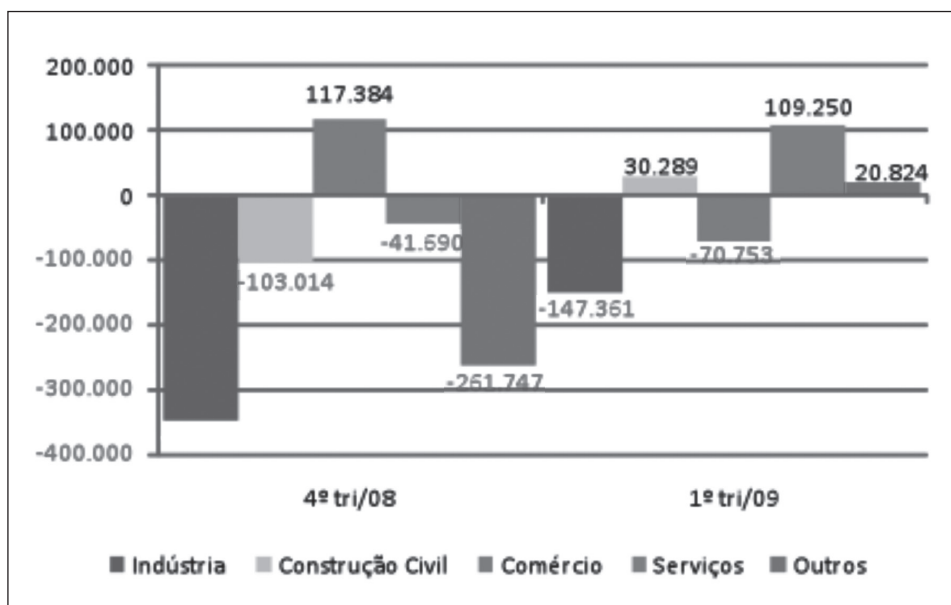
O Comércio foi o único setor a apresentar saldo positivo no trimestre final de 2008 com 117 mil vagas, resultado das vendas de final de ano. Entretanto, no início de 2009, esse setor também sofreu impacto negativo acumulando saldo negativo no primeiro trimestre superior a 70 mil.

Os outros setores também tiveram desempenho pífio. Dentro dessa categoria foram considerados os seguintes setores: Extrativa Mineral, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Administração Pública e Agricultura.

Analisando-se o saldo pós-crise por tamanho dos estabelecimentos contratantes, notam-se novas disparidades. A série histórica do Caged mostra que o maior saldo de vagas tem ocorrido sempre¹⁷ nos estabelecimentos com até quatro funcionários, mas que os demais tamanhos de estabelecimentos também contribuem positivamente para o saldo. Após a crise, e mais visivelmente em 2009, o que se constatou foi que enquanto os estabelecimentos com até quatro funcionários contribuíram com mais de 1,2 milhões de vagas, os demais perderam juntos mais de 191 mil postos, ou seja, foram os pequenos estabelecimentos que mantiveram o saldo de vagas ao longo de 2009 (Tabela 3).

¹⁷ O comportamento do saldo por tamanho de estabelecimento começou a ser divulgado pelo Cageda partir do ano 2000.

Gráfico 6
Saldo mensal do emprego por setor de atividade
Brasil – 4º tri/08 e 1º tri/09



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração própria.

Após os primeiros meses de saldos negativos elevados, começou-se a perceber um movimento de recuperação com a ocorrência de saldos positivos cada vez maiores, principalmente a partir do segundo semestre de 2009. O ano fechou com saldo superior a 995 mil postos de trabalho, valor 31,4% inferior ao resultado de 2008 (1,5 milhões de vagas), mas bastante significativo para um ano em que o país foi atingido pelas consequências da crise internacional.

A recuperação da economia brasileira e do emprego acabou ocorrendo antes do esperado. A decisão das empresas em desligar mão-de-obra em massa e de postergar investimentos acabou mostrando-se antecipada. A recuperação

Tabela 3
Saldo anual do emprego por características selecionadas
Brasil – 2007, 2008 e 2009

Tamanho do Estabelecimento	2007	2008	2009
Até 4 empregados	1.051.624	1.170.200	1.186.284
De 5 a 9 empregados	-22.931	-26.416	-52.692
De 10 a 19 empregados	12.150	-5.402	-51.144
De 20 a 49 empregados	70.965	30.018	-43.973
De 50 a 99 empregados	75.409	44.929	-15.086
De 100 a 249 empregados	105.841	59.493	10.032
De 250 a 499 empregados	80.643	43.371	14.921
De 500 a 999 empregados	75.497	69.217	-2.038
De 1000 ou mais empregados	168.194	67.157	-51.194
Total	1.617.392	1.452.204	995.110

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração própria.

só ocorreu antes, pois o governo federal adotou determinadas medidas que visaram estimular o mercado interno ou invés de aguardar que o mercado internacional se recuperasse e que o comércio internacional voltasse a demandar produtos brasileiros.

Dentre as medidas adotadas, que se configuram claramente em políticas econômicas anticíclicas, pode-se destacar: desoneração seletiva dos tributos (redução do IPI da linha branca e de automóveis, por exemplo), aumento real do salário mínimo no início de 2009, manutenção das obras programadas do PAC (principalmente o Programa Minha Casa Minha Vida), manutenção dos juros. Todas essas medidas tiveram como principal função estimular o consumo e, conseqüentemente, a economia interna.

A desoneração seletiva de tributos, como a redução do IPI, tornou os produtos selecionados mais baratos (carros e linha branca), fato que estimulou o consumo. O aumento do salário mínimo e a manutenção dos créditos possibilitaram aos consumidores continuar comprando. A manutenção das obras do PAC estimulou o setor da Construção Civil que contratou grande contingente de mão-de-obra e demandou produtos do setor industrial. Ou seja, essas medidas aqueceram o mercado interno e possibilitaram a retomada do crescimento sem que fosse necessário aguardar pela recuperação do mercado externo.

Em suma, o mercado de trabalho brasileiro foi, num primeiro momento, seriamente afetado pela crise financeira internacional gerando saldo negativo de vagas bastante elevado. Entretanto, ao longo de 2009, notou-se uma gradual recuperação do nível de emprego graças as medidas econômicas tomadas pelo governo que estimularam o mercado interno que, por sua vez, impactaram na readmissão de trabalhadores.

Considerações Finais

A crise financeira internacional de 2008, desencadeada a partir do mercado hipotecário norte-americano, teve seus fundamentos muito antes dos acontecimentos do mês de setembro. Se transformando numa crise de crédito generalizada, terminou por afetar o lado real da economia mundial, causando a desaceleração da atividade econômica, em princípio nos países centrais, seguido dos países em desenvolvimento. Foram inevitáveis os efeitos negativos sobre o comércio externo de matérias-primas, assim como da maioria dos setores produtivos mais dependentes das exportações, implicando numa brutal queda do emprego mundial, e que atingiu o Brasil no último trimestre de 2008 e início de 2009.

Os efeitos dessa crise tiveram reflexos perversos para o mercado de trabalho brasileiro que vinha apresentando crescimento vigoroso desde 2004, com constante elevação do nível de emprego formal. A redução do comércio internacional, a queda da liquidez, a incerteza, tiveram papel fundamental para a

queda da produção interna e a queda do consumo que, por sua vez, impactou diretamente no volume de empregados contratados.

A Indústria foi o setor mais atingido e que desligou maior contingente de população com carteira assinada. Serviços e Construção Civil também apresentaram saldo negativo de emprego logo nos primeiros meses da crise. O governo, entretanto, adotou uma estratégia ativa de intervenção na economia com a desoneração seletiva de tributos, aumento do salário mínimo, manutenção do crédito e das obras do PAC. Tais medidas estimularam o mercado interno e contribuíram para que, aos poucos, a atividade econômica fosse se recuperando e, também, o saldo de emprego voltasse a crescer.

O balanço de 2009 mostrou que, apesar do saldo acumulado de vagas no ano ter sido inferior ao verificado nos anos anteriores, o país conseguiu gerar em um ano de crise, quase um milhão de postos de trabalho com carteira assinada. O ano de 2010 começou bastante diferente do anterior, as expectativas são bastante positivas e o setor industrial, mais atingido pela crise, voltou à contratação e, mais que isso, passou a liderar o saldo de emprego nos primeiros meses do ano, trazendo perspectivas ainda melhores.

Bibliografia

Almeida, M., 1992, *Crise econômica e organização de interesses: estratégia do sindicalismo brasileiro nos anos 80*, São Paulo, Ffch/USP.

Baltar, P. E. A., 1992, “Notas sobre o Mercado de Trabalho no Brasil Durante a Industrialização Restringida”, In *Cadernos do CESIT*, Texto para discussão, número 12, Cesit/IE/Unicamp, Campinas.

-----, 2003, “Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990”, in Proni, M. W. & Henrique, W., orgs., *Trabalho, mercado e sociedade: O Brasil nos anos 90*, São Paulo, Editora Unesp.

-----, 2009, “Projeto PIB, Estudo Transversal 3: estrutura do emprego e da renda”,; Cesit/IE/Unicamp, Campinas, (material didático).

Baltar, P. E. A. &Dedecca, C. S., 1992, “Emprego e Salário nos anos 60 e 70”,Cesit/IE/Unicamp, Campinas, (material didático).

Baltar, P. E. A. &Henrique, W., 1994, “Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil”,inBarbosa de Oliveira, C. A., et alli, orgs., *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo,Scritta.

Baltar, P. A. &Leone, E. T., 2007,Mercado de trabalho e distribuição de renda no Brasil, X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet), Salvador.

Baltar, P. E. A.; Dedecca, C. S. &Henrique, W., 1996, “*Mercado de Trabalho, Precarização e Exclusão Social no Brasil*”, in: Barbosa de Oliveira,Crise e trabalho no Brasil: modernidadeouvolta aopassado?, São Paulo,Scritta.

Belluzzo, L. G. &Almeida, J. G., 2002, *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Boito Junior, A., 1991, “Reforma e persistência da estrutura sindical”, in *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Cacciamali, M. C.,2000, “Globalização e processo de informalidade”,in Economia e Sociedade,número 14. Campinas, junho.

Cano, Wilson, 2009,“América Latina: Notas sobre a Crise atual”, in *Economia e Sociedade*, vol. 8,número 3,Campinas, dez,pp. 603-621.

Cardoso, Jr. J. C., 2007, *As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal*, X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet), Salvador.

Carvalho, F. C., 2008, “Entendendo a Recente Crise Financeira Global”, Ibase, outubro.

Dedecca, C. S., 2005, “Diretrizes para uma Política de Valorização do Salário Mínimo”, Campinas, abril, (mimeo).

Dieese, 2008, “A crise financeira recente: fim de um padrão de funcionamento da economia mundial?”, Nota Técnica nº78, março.

-----, 2009, “*Mercado de trabalho formal brasileiro nos anos recentes*” Nota Técnica nº80, março.

Economic Prospects 2009 - Commodities at the Crossroads. Washington DC: The World Bank, november. 2008. Chapters 1-3.

Freitas, E. C., 1998, “Alterações nas relações de trabalho: as iniciativas do governo FHC”, in *Encarte ao Boletim do Diap, Ano VII, número 93 Diap*, Brasília, maio.

Giuberti, A. C., 2009, *A crise financeira recente a partir da teoria da instabilidade financeira de Minsky*, Informações FIPE, São Paulo, março.

Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), 2009, “Conjuntura - A forte retração econômica em dezembro de 2008”, Iedi, São Paulo, janeiro, disponível em <http://www.iedi.org.br>

International Monetary Fund (IMF), 2008, “World Economic Outlook Update - Rapidly Weakening Prospects Call for New Policy Stimulus” Washington D.C., IMF, november, disponível em [www.imf.org /http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2008/update/03/index.htm](http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2008/update/03/index.htm)

KREGEL, J., 2008a, “Changes in the U. S. Financial system and the subprime crisis”, The Levy Economics Institute, (Working Paper nº 530).

-----, 2008b, “Minsky’s cushions of safety: systemic risk and the crisis in the U.S subprime mortgage market”, The Levy Economics Institute, (Public-Policy Brief nº 93).

Krein, J. D. & Oliveira, M. A., 2001, “Mudanças Institucionais e Relações de Trabalho: as iniciativas do governo FHC no período 1995-1998”, Campinas, mimeo.

Matias-Pereira, J., 2009, “Efeitos e custos da crise financeira e econômica global no Brasil”, in *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, número 108, disponível em <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>

Mattoso, J. E. L., 1996, orgs., *Crise e Trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado?* São Paulo, Scritta.

-----, 1999, *O Brasil Desempregado*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

Minsky, H., 1982, *Can “it” happen again? Essays on instability and finance*, New York, M. E. Sharpe.

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 2008, “Economic Outlook No. 84”, Paris, Oecd, novembro, disponível em http://www.oecd.org/document/18/0,3343,en_2649_33733_20347538_1_1_1_1,00.html

Pochmann, M., 1995, Política do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança: um estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias de hoje, São Paulo, LTR.

-----, 2006, “Formação, Estruturação e crise do mercado de trabalho no Brasil”, in Dedecca, C. S. & Proni, M. W., orgs., *Políticas Públicas e Trabalho: textos para estudo dirigido*, Campinas, IE/Unicamp.

-----, 2007, *Emprego, Política de Emprego e Política Econômica no Brasil*. OIT.

-----, 2009. “O Trabalho na Crise Econômica no Brasil: primeiros sinais”, in *Estudos Avançados*, vol. 23, número 66.

Tavares, M. C., 2009, “A crise financeira: duração e impacto no Brasil e na América Latina”, Portal da Fundação Perseu Abramo, Junho, disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal>

World Bank, 2008, *The International Bank for Reconstruction and Development*, disponível em http://siteresources.worldbank.org/INTGEP2009/Resources/10363_WebPDF-w47.pdf